

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N.º de 2018 (Do Senhor Izalci)

Requer que seja aprovada a realização de audiência pública para debater sobre as instituições de ensino superior e sua contribuição no desenvolvimento regional com foco na infraestrutura urbana.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater sobre as instituições de ensino superior e sua contribuição no desenvolvimento regional com foco na infraestrutura urbana, com a presença dos seguintes convidados:

1. **Eduardo Deschamps** – Presidente Conselho Nacional de Educação;
2. **Paulo Barone** – Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação;
3. **Joel Kruger** – Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea;
4. **Luciano Guimarães** – Presidente Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU;
5. **Wilson Conciani** – Reitor da Instituto Federal de Brasília (IFB);
6. **Luiz Soares Correia** – Representante Entidades Privadas de Educação Superior do Distrito Federal e docente da UNIP; e

7. **Niky Fabiancic** – Coordenador residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil.

JUSTIFICATIVA

O debate sobre as instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional se depara com um importante tema a ser aprimorado no País: infraestrutura urbana.

Tempos de crise evidenciam notícias no dia a dia sobre as mazelas vividas, mas pouco se tem um olhar também para as soluções efetivas e concretas para os desafios postos pelo País que a cada tempo torna-se mais urbano.

Essa formação vem sendo desenvolvida pelas instituições de Ensino Superior e pelas Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que dispõem de conhecimentos capazes de transformar as economias locais, tirar o país da crise e impulsionar a inovação, a inclusão social e a criação de oportunidades que permitam aprimorar o local onde se vive.

Estamos avançando nas áreas das políticas públicas de saúde e educação nos programas de “residência” seja médica ou nas licenciaturas, integrando os profissionais na comunidade local.

Neste sentido, o Ministério da Educação lançou a Política Nacional de Formação de Professores. Inédita no país, a política abrange desde a criação de uma Base Nacional Docente até a ampliação da qualidade e do acesso à formação inicial e continuada de professores da educação básica. Só no Programa de Residência Pedagógica, o Ministério vai ofertar 80 mil vagas, em 2018.

Vemos também os estudantes da área de ciências jurídicas inseridos na sociedade através de estágios supervisionados em diversas órgãos como defensoria pública, órgãos do judiciário e escritórios de formação jurídica que prestam serviços à comunidade.

Neste contexto de formação, nossos estudantes das áreas da engenharia e arquitetura desenvolvem na carga horária de sua formação profissional atividades complementares, práticas supervisionadas ao longo do curso, estágio e trabalho de conclusão de curso (TCC) totalizando em torno de mil horas de formação, que possam também desenvolver uma ação mais próxima da comunidade.

A exemplo da implantação de programas de “residência” nas políticas públicas de saúde e educação e direito, faz-se necessário um repensar das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia e arquitetura e urbanismo em suas dimensões: ensino, pesquisa e extensão, bem como a abordagem dos estágios supervisionados.

Portanto, a aprovação deste requerimento na Comissão de Educação é de fundamental importância para continuidade da discussão do aprimoramento do desenvolvimento regional integrando os cursos de educação superior das áreas da infraestrutura urbana como engenharia e arquitetura.

Sala das Comissões, de maio de 2018.

Deputado Izalci

PSDB DF